

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Clara
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)
Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).
Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;
Vice-Presidente — Arizone Araújo
João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)
Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).
Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)
Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.
Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 40/72

DATA: 04 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, objetivando instituírem a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, para instituírem a Fundação Universitária do Norte Catarinense com sede e foro na cidade de Mafra.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 41/72

DATA: 04 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova o Acordo n.º 4/72, celebrado em 26-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da SUDESUL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

(Art. 1.º. Fica aprovado o Acordo n.º 4/72, celebrado em 26 de junho de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado à dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE por meio da participação financeira da SUDESUL.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 42/72

DATA: 04 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante dotações do FUNRESPOL e verbas orçamentárias do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Fica aprovado o Convênio firmado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 43/72

DATA: 04 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados em 21-7-72, pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniaguá, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, com as finalidades que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Ficam aprovados os Convênios celebrados em 21 de julho de 1972 pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniaguá, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 44/72

DATA: 05 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova o Convênio firmado em 12-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai — (CIBPU), objetivando a extinção da referida Comissão Interestadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Fica aprovado em todos os seus termos o convênio firmado em 12 de junho de 1972, entre o Governo do Estado e os demais Estados membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai (CIBPU), objetivando promover a extinção da referida Comissão Interestadual.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 45/72

DATA: 05 de dezembro de 1972

SÚMULA: Aprova convênio celebrado em 9-8-72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º. Fica aprovado em todos os seus termos o convênio celebrado em 9 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 05 de dezembro de 1972.

Wilson Fortes — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 461/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.597/72, de 24 de agosto de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a Dioleta de Moraes e Dione de Moraes, filhas solteiras do ex-servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, Serzeleio Pedroso de Moraes, o salário família a que têm direito, com fundamento no Art. 356, combinado com o Art. 196, inciso II do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado a partir de 16 de novembro de 1970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 462/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.908/72, de 09 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Marilu Fancher Becker, ocupante do cargo de nível "PL-28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, parte suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 18 de agosto de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 463/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.041/72 de 12 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Irani Carini ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias das férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 464/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.815/72, de 05 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Haroldo João Tedeschi, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.964, 1.965, 1.970 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 465/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2787/72, de 7 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o D.L. n.º 409/72, de 02 de outubro de 1972, a fim de declarar que a designação e autorização constantes no Decreto acima citado é a partir de 14 de setembro de 1972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 466/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8654/72, de 31 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — dispensar Noir Pacheco, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Portaria, a partir de 31 de outubro de 1972;

II — designar João Farinhak, funcionário do Quadro de Pessoal da Secre-

taria desta Assembleia para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 31 de outubro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 467/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.433/72, de 28 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

alterar o Orçamento Analítico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelos Decretos Legislativos n.ºs. 201/72, 356/72 e 453/72, nos subelementos abaixo discriminados, os quais passarão a terem as seguintes dotações:

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

3.1.1.1.1.03 — Gratificação pelo Exercício em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva	300.000
3.1.1.1.1.17 — Outras Vantagens	370.000

DESPESAS VARIÁVEIS COM O PESSOAL CIVIL

3.1.1.1.2.01 — Subsídios Variáveis dos Deputados	1.350.000
3.1.1.1.2.03 — Gratificação pela Elaboração ou Execução de Trabalho Técnico ou Científico	180.000

MATERIAL DE CONSUMO

3.1.2.0.11 — Produtos Químicos, Farmacêuticos, Biológicos, Odontológicos; Artigos Cirúrgicos e Outros de Uso nos Laboratórios	23.000
3.1.2.0.17 — Material Elétrico e de Iluminação; de Rádio e de Eletrônica	9.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS

3.1.3.0.04 — Iluminação e Força Motriz	47.000
3.1.3.0.05 — Serviço de Asseio e Higiene	79.000
3.1.3.0.09 — Serviço de Telefone, Telegráficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais	55.000

MATERIAL PERMANENTE

4.1.4.0.06 — Material Artístico, Instrumento de Música e Bandeiras	2.000
4.1.4.0.07 — Utensílios de Copa, Cozinha e Enfermaria	2.000
4.1.4.0.09 — Móveis e Utensílios de Escritório, Biblioteca, Ensino, Engenharia, Laboratório, Gabinete Técnico ou Científico	138.250
4.1.4.0.12 — Outros Materiais Permanente	27.640

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05 de dezembro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 468/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.937/72, de 13 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Revogar o Decreto Legislativo n.º 47/72, de 22 de fevereiro de 1.972, no seu item II;

II — Designar Tabajara Martins, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, percebendo função gratificada correspondente ao símbolo F-7.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de dezembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 469/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.881/72, de 09 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Lyda S. de Almeida, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança da "ARENA", percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de outubro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de dezembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 470/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.196/72, de 18 de outubro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Juvenal Javorski, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 13 de abril de 1.972, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de dezembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 471/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.945/72 de 07 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Artigo 3.º do Decreto Legislativo n.º 181/71, de 30 de março de 1971, para que tenha a seguinte redação:

"Art. 3.º — O Comando do SERVIÇO DE SEGURANÇA será exercido por pessoa capacitada e de livre escolha da Comissão Executiva deste Poder".

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de dezembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 472/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.946/72, de 07 de dezembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — exonerar José Bruno Ribas, do cargo de provimento em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança deste Poder, a partir de 30 de dezembro de 1.972;

II — nomear Arnando Petrocini, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança, a partir de 30 de dezembro de 1.972, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de dezembro de 1.972

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 473/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.797/72, de 22 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Ronaldo Baptista, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 11 de março de 1.964, e 11 de janeiro de 1.969, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1.967, contados em dobro, e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 11 de novembro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 13 de dezembro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 474-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.636-72, de 30 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Iglair Smariotto, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 13 de novembro de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

- (aa) WILSON FORTES — Presidente
- IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 475-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.984-72, de 07 de dezembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar a pedido, Alceu da Silva Oliveira, ocupante do cargo de Advogado, nível PL-27", do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 11 de dezembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

- (aa) WILSON FORTES — Presidente
- IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 476-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.750-72, de 06 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Revogar o Decreto Legislativo n.º 520-71, de 27 de Outubro de 1971, na parte que se refere a funcionária Wilma Wanbier Gusso, a partir de 1.º de dezembro de 1972;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Norma Buest Rosário, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de novembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

- (aa) WILSON FORTES — Presidente
- IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 477-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.989-72, de 07 de dezembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

Atribuir a Luciano Antonio Bittencourt, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 2.ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

- (aa) WILSON FORTES — Presidente
- IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 478-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.543-72, de 26 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Maria Madalena Colosso de Mattos, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 09 de maio de 1962 e igual data de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 479-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.294-72, de 23 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Luiz Augusto Cantador, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 16 de maio de 1967 e 16 de novembro de 1971, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro quinquênio; e,

II — retificar o Decreto Legislativo n.º 297-72, de 16 de junho de 1972, para declarar que, tendo em vista a incorporação concedida pelo Decreto Legislativo n.º 303-72, da mesma data, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, ali concedido, com base no Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, é a partir de 16 de novembro de 1971, e não como constou naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 480-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.398-72, de 27 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 437-72, de 31 de outubro de 1972, para declarar que é respeitado o teto máximo de Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), estabelecido no § 1.º, do Art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964, no reajuste, a partir de 16 de agosto de 1972, da pensão concedida a Esther Gomes do Amaral, única filha solteira do ex-Deputado Estadual José Gomes do Amaral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 481-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.917-72, de 06 de dezembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Antônio Caron, ocupante do cargo de nível "PL-29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1969, 1.970 e 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 482-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.153-72, de 21 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

Revogar o Decreto Legislativo n.º 167-72, de 10 de abril de 1.972, que autorizou o funcionário deste Poder, Silvio Rodolfo Liegel, a prestar serviços extraordinários, a partir de 20 de novembro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 483-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.584-72, de 30 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Azélia de Lima Brandini, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de dezembro de 1971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 484-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.523-72, de 26 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a Pedro Alvares dos Santos, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, uma licença especial de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 1.º de julho de 1960 e 1.º de janeiro de 1970, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1963, 1965 e 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 485-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.856-72, de 08 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de José Cardoso Azevedo, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 486-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.402-72, de 27 de novembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

interromper, a partir de 1.º de dezembro de 1.972, a licença para o trato de interesses particulares, concedida pelo Decreto Legislativo n.º 477-71, de 15 de outubro de 1971, a Lelington Lobo Branco, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ficando assegurado o direito de usufruir o tempo remanescente de sete (07) meses e vinte (20) dias, em outra oportunidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 487-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.770-72, de 07 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Cenira Silveira da Costa, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (05%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 03 de novembro de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 488-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.516-72, de 29 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Noir Pacheco, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3), de seus vencimentos, a partir de 1.º de dezembro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de dezembro de 1972.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 201.ª Sessão Ordinária

Realizada em 28 de Dezembro de 1972

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Quielse Crisostomo.

As 10,30 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Thomazoni, Quielse Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soa-

res Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Armando Queiroz, Hélio Manfrinato, Marciano Baraniuk, Nivaldo Krüger, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

EMENDA N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Mensagem n.º 52-72
Emenda ao § 2.º do art. 24

Leia-se:

1 — 6%, até 90 dias da data de expiração do prazo normal para pagamento;
2 — 10% (dez por cento) a partir do final de prazo referido no item anterior.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972
(a) Domicio Scaramella

EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 195-72.

Adite-se ao número 11, do art. 56:

..., quando flagrante a infração, ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticados.

JUSTIFICAÇÃO: — em Plenário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972
(a) Muggiati Filho

EMENDA N.º 3

Ao Projeto de Lei n.º 195-72

ADITE-SE ao número 16, do art. 56:
... por lei.

SUPRIMA-SE do mesmo número o artigo as expressões:

... "em Instrução da Secretaria da Fazenda".

JUSTIFICAÇÃO: em Plenário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972
(a) Muggiati Filho

EMENDA N.º 4

Ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Mensagem 52-72.

Substitua-se o art. 19 pelo seguinte:

"Art. 19 — Os prazos de recolhimento do I.C.M. são os mesmos estabelecidos para o recolhimento do I.P.I.".

Sala das Sessões, 1.º de dezembro de 1972.

(aa) Nivaldo Krüger
Domicio Scaramella

EMENDA N.º 5

Ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Mensagem 52-72

Inclua-se onde couber:

Art. — O Estado poderá receber o I.C.M. por meio de duplicatas fiscais, devido pelo contribuinte que não opere em regime de vendas à vista.

Sala das Sessões, 1.º de dezembro de 1972.

(aa) Nivaldo Krüger
Domicio Scaramella

EMENDA N.º 6

Ao Projeto de Lei n.º 195-72, que institui, em novas bases, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) no Estado:

O artigo 54, § 1.º, do Projeto de Lei, trata das multas aplicáveis aos contribuintes importadores, faltosos, etc.

No inciso 3 desse § 1.º do art. 54, é prevista a seguinte penalidade:

"Equivalente ao dobro do valor do crédito indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei".

Esse dispositivo, como se verifica, prevê uma penalidade de 200% (duzentos por cento) em relação a créditos do ICM utilizados pelos contribuintes em desacordo com a lei fiscal, sem prejuízo, ainda, do estorno dos mesmos créditos. Com base nele, por exemplo, se uma empresa, por simples engano técnico, sem qualquer má-fé, creditar-se a maior nos livros fiscais do ICM, por uma quantia digamos de Cr\$ 1.000,00, e tal fato for apurado pela fiscalização fazendária, a empresa deverá recolher Cr\$ 3.000,00, o triplo da quantia, sendo Cr\$ 1.000,00 do imposto indevidamente creditado e mais Cr\$ 2.000,00 de multa.

Essa multa, a nosso ver, parece excessiva e injustificável, estando não só em conflito com outras disposições do mesmo projeto, como em notável discordância com os níveis de penalidades previstos na legislação Federal do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Primeiramente, a utilização indevida de crédito do ICM, no regime de apuração conta gráfica, segundo o princípio de não cumulatividade do imposto, gera diferença do montante a recolher em cada período. Ora as diferenças de imposto, apuradas em levantamento fiscal, já estão previstas no inciso 2, § 1.º, do art. 54, que prevê uma multa de 100% ao sujeito passivo que deixar de recolher o imposto na forma e prazo, da lei, apurado em levantamento fiscal.

Então, a hipótese prevista no inciso 3 (utilização indevida de crédito), já está prevista e regulada, genericamente, no inciso 2, o qual todavia prevê uma multa de 100%, e não de 200%. A utilização irregular de crédito equivalente ao registro irregular de débitos, e tem o mesmo efeito. Tanto faz usar in-

devidamente um crédito de Cr\$ 500,00 como lançar a menor, na conta gráfica, um débito de igual quantia: o efeito é o mesmo, isto é, o recolhimento a menor dessa quantia. Se no registro a menor de bônus por saída de mercadorias, conforme o inciso 2, a multa é de 100%, não há razão lógica para que o registro a maior de crédito seja punido com 200% já que o efeito econômico é o mesmo para ambas as hipóteses.

Por outro lado, não existe na legislação federal do imposto de renda e na do IPI, penalidade tão drástica como essa de 200%. No imposto de renda, conforme o sistema punitivo em vigor, oriundo do Decreto Lei 401 de 30.12.68, artigo 21, a multa normalmente aplicável aos contribuintes é de apenas 50% do imposto, nos casos de boa-fé, podendo somente em casos excepcionais de "evidente intuito de fraude", chegar a 150% e não a 200%.

Também na legislação em vigor do IPI, conforme o art. 156 do Decreto 61514-67 (parcialmente em vigor, conforme o atual regulamento do IPI Decreto 70162-72, a multa normalmente aplicada ao contribuinte, varia de 50% (atrasados até 90 dias) e 100% (atrasados superior a 90 dias) somente chegando a 150%, nos casos de infração qualificada, isto é, naquelas em que efetivamente ocorre omissão dolosa ou fraudulenta do contribuinte, o que não é o caso tratado na disposição do projeto.

Assim é que, mesmo na legislação federal do IPI, similar tributo do ICM, a utilização indevida de crédito não acarreta normalmente penalidade acima de 100% na diferença a recolher, pelo que se conclui que a taxa de 200% ora prevista no projeto, não encontra paralelo na sistemática federal, sendo, pelo contrário, de volume excessivamente drástico, a ponto de por em risco a normal atividade das empresas, que, embora cuidadosas e bem assessoradas em assuntos tributários, podem incorrer de boa fé em equívocos na complexa apuração do imposto, e tais equívocos não merecem ser punidos com mais rigor do que o são na lei federal.

A moderna técnica tributária não recomenda as penalidades muito elevadas, porque nela se reconhece que a estrutura atual das empresas brasileiras não é ainda perfeita, podendo ocorrer enganos de má interpretação dos numerosos dispositivos tributários, geralmente complexos, e tais enganos cometidos em boa fé, não justificam altas multas.

O verdadeiro ideal tributário não é de multar pesadamente o contribuinte, e sim educá-lo, concientizá-lo de suas obrigações fiscais, esclarecê-lo e orientá-lo para cumpri-las corretamente, o que demanda o aprimoramento geral da arrecadação pública, pela melhor capacitação dos agentes fiscais e dos outros fatores materiais e humanos utilizados pela organização fazendária.

Assim, concluindo, entendemos excessiva e mesmo exorbitante a penalidade de 200% prevista no art. 54, § 1.º, inciso 3 do projeto, e por isso propomos seja modificada a redação do mesmo, da seguinte forma:

"Equivalente a 100% do valor do crédito indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei".

(a) Erondy Silvério

EMENDA N.º 7

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 195-72, que institui, em novas bases, a cobrança do ICM no Paraná.

Tal como na legislação federal, o projeto regula, no artigo 40 e parágrafos, a restituição das quantias indevidamente recolhidas ao Estado, estando aí especificadas as condições em que tal restituição pode ser obtida, e quem deve requerê-la.

No § 3.º do art. 40 está previsto que a restituição poderá ser processada após despacho favorável da autoridade fiscal, mediante autorização de crédito em favor do contribuinte. No § 4.º do mesmo artigo, é estipulado que o contribuinte, após despacho concessivo da restituição se não recebe-la efetivamente dentro de 180 dias, poderá creditar-se do respectivo valor, em sua conta gráfica do imposto.

Como se verifica, a restituição, no sistema do projeto, está condicionada a despacho concessivo do Sr. Secretário da Fazenda, e não existe nenhum prazo para tal despacho, pelo que o pedido pode levar anos e anos para ser examinado, sem que o contribuinte tenha qualquer recurso para evitar demoras excessivas na tramitação.

Tal sistemática, que não estipula prazo certo para a autoridade fazendária deferir ou indeferir os pedidos de restituição, a nosso ver não é correta pois deixa o contribuinte ao arbítrio fiscal, nesse pormenor, desamparado exigir que a autoridade fazendária aprecie o pedido em determinado prazo, com os prejuízos decorrentes das demoras prolongadas que possam ocorrer.

Ora, na legislação federal do IPI, conforme o art. 33, inciso II, do recente regulamento, Decreto 70162-72, o contribuinte tem assegurado direito de crédito do imposto indevidamente pago, quando, após 60 dias do requerimento, não tiver recebido em dinheiro a quantia requerida. Então, após 60 dias do requerimento, perante a lei federal, o contribuinte tem direito ao crédito do valor indevidamente recolhido, ainda que a autoridade fiscal não tenha examinado o pedido.

Tal sistemática é das mais sadias, evitando que ocorram demoras excessivas nos pedidos de restituição. Assim, propomos, a exemplo da legislação federal, a estipulação de prazo certo para o fisco examinar os pedidos de restituição, dando-se ao § 4.º art. 40 do projeto, a seguinte redação:

"§ 4.º — Decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser restituída, ou identificada ao contribuinte a denegação do pedido, este poderá escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente."

Com essa nova redação, a autoridade fazendária disporia de 180 dias para apreciar o pedido, deferindo-o ou indeferindo-o motivadamente. Findo esse prazo, e não havendo solução identificada ao interessado, poderia ele creditar-se pelo respectivo valor, medida que nos parece das mais corretas e acertadas.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 62-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

Estando esta Casa de Leis em seu recesso parlamentar quando do acidente automobilístico que vitimou, na Rodovia do Café, o senhor Prefeito de Quinta do Sol, Gentil José Soares, vimos solicitar seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão extraordinária um voto de profundo pesar

pelo lamentável acontecimento que rouba ao progressista Município seu mandatário máximo à sociedade um cidadão benquisto e prestante e à família enlutada um chefe exemplar.

Figura marcante da vida político-administrativa de Quinta do Sól o desaparecido soube sempre impor-se à admiração de seus munícipes, importando seu desaparecimento em uma sensível lacuna, difícil de ser esquecida pelos que privaram do grato convívio de Gentil José Soares.

O requerente solicita, outrossim, seja oferecido conhecimento da decisão da Casa não só à família enlutada como à Câmara Municipal de Quinta do Sól.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Iran Rolin Lamas, D.D. Diretor Presidente da Telepar.

Outrossim, solicita da decisão da Casa dêse ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas prerrogativas parlamentares, ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de aplausos e regozijo pela recondução do eminente magistrado Alceste Ribas de Macedo à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, eis que sua Excelência, mercê à sua alta e consagrada cultura jurídica, sua estatura moral e seu acervo de brilhantes serviços à justiça do Paraná soube, no referido posto, dar mostras definitivas do seu amor às melhores e mais justas causas, quer de caráter público quer de natureza privada, sempre evidenciando sua vocação para as decisões mais acertadas, merecedoras da maior ressonância em círculos oficiais, sociais e particulares.

Sendo Sua Excelência um dos mais renomados defensores do primado da Justiça entre nós, um lúcido representante dos mais altos escalões da Justiça, impõe-se-nos reconhecer a tática imposição deste gesto que tanto recomenda não só o homenageado como a esta própria Casa de Leis.

O requerente solicita, outrossim que da decisão da Casa seja dado conhecimento à Sua Excelência o desembargador Alceste Ribas de Macedo, eminente probo presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve regimentalmente requer a consignação na Ata dos trabalhos de voto de regozijo pela passagem, hoje, do 5.º aniversário de Fundação da TV Iguaçu, Canal 4.

Outrossim, aprovado — presente, dê-se ciência da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, engenheiro Jaime Lerner, o Anteprojeto anexo, sobre iluminação da área do Centro Cívico, denominada Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(a(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Tenho a honra de comunicar à Casa a presença, em Plenário, do Secretário do Interior e Justiça, Dr. Mário Faraco.

E com satisfação que anuncio a presença do Prefeito eleito do Município de Mamoré.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deveria ocupar a Tribuna no dia de hoje para endereçar um pedido de informações ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, com relação à TELEPAR, com referência aos telefones de Santa Felicidade.

Todavia, como soube ao chegar nesta Casa do acontecimento, que todos lamentamos, e até subscrevi um requerimento solicitando um voto de pesar, do falecimento do Diretor-Presidente daquele órgão, Dr. Hiran Lamas, vou transferir as críticas que faria, para outra sessão, embora quando se faça críticas a um órgão público nunca o seja em caráter pessoal. Sempre respeitamos a honrabilidade do espírito público daqueles que detêm os cargos públicos no Estado. As críticas que fazemos são no terreno administrativo, nunca devem ser recebidas no campo pessoal.

Temos criticado a TELEPAR pelo lançamento de seu plano de ampliação da rede telefônica, pois consideramos errada a maneira como foi feito e absurdos os preços cobrados dos adquirentes da nova rede da TELEPAR.

Não poderia deixar passar a oportunidade para me referir a uma nota oficial que foi paga com o dinheiro do povo, generosamente paga pelo dinheiro do povo e que foi inserida em todos os jornais da Capital pela SANEPAR. Quem redigiu a nota foi extremamente infeliz porque diz, na nota "que rebatendo fatos inverídicos denunciados pelo Deputado Erondy Silvério da Tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná".

Nada mais absurdo do que essa afirmativa.

Eu disse, aqui deste microfone, desta Tribuna livre que o povo me conferiu, no último dia do período legislativo que se findou em 5 de dezembro, que havia recebido uma carta de um munícipe curitibano reclamando contra a SANEPAR, mas que eu não endossava aquela afirmativa. Estão aí os Anais da Casa para comprovar que estava apenas procedendo a leitura da carta para que ela constasse dos Anais e para dar uma satisfação ao contribuinte do Estado que recorreu, em desespero de causa a um político, a um legítimo representante do povo. Mas não me solidarizei com os dizeres da carta porque não tive tempo de verificar a autenticidade das denúncias ali apontadas. E, acodadamente, a direção da SANEPAR vai a todos os jornais da Capital, com o dinheiro do povo e a esse respeito farei um pedido de in-

formações dirigido ao Sr. Governador do Estado, para saber quanto a SANEPAR gastou dos cofres públicos para rebater o nada. Porque aqui ninguém afirmara nada contra aquele órgão. Eu apenas procedi a leitura de uma carta. A responsabilidade era, portanto, de quem a escreveu. Não precisava a SANEPAR se "sangrar em saúde" e vir, no dia seguinte, com uma nota até pejorativa a este Deputado. Isto me leva a crer que onde há fumaça há fogo, e se a SANEPAR se apressou a responder supostas afirmações minhas é porque há algo errado com a SANEPAR, ou com o DAE. Em contrapartida, o DAE encolheu, não falou nada e a própria SANEPAR atribuiu, em sua nota oficial, ao DAE, a responsabilidade de certas irregularidades que estão se processando.

E para comprovar isto, aqui está uma fotocópia de uma intimação judicial endereçada ao Dr. Waldemar Monastier, conceituado médico de nossa Capital, onde a SANEPAR intima o mencionado cidadão, em 24 horas, sob pena de penhora e sequestro de seus bens, a proceder o pagamento de 100 cruzeiros. Muito bem! Então diz a nota: água — 21,45; esgoto, 12,87; aluguel do hidrometro, 040; quota de previdência, 5,20; total: 39,92. No entanto, por um trimestre vencido a conta já foi a 100 cruzeiros. Isto vem provar as afirmativas que fiz aqui que existe um conluio, não sei se do DAE, não sei da SANEPAR; mas existe um conluio entre os advogados daqueles órgãos públicos e os cartórios para explorar o povo de Curitiba, o povo do Paraná. E contra isso não vou me calar. Até março vou colher dados suficientes para comprovar quem está explorando o povo paranaense nesses executivos fiscais. Não importa que eles usem o dinheiro do povo para rebater minhas críticas. Eles chegam aos jornais e dizem: "eu tenho três milhões, publiquem esta nota"; mas eu tenho a Tribuna que o povo me conferiu para sua defesa, e dela farei uso quantas vezes for necessário.

E no que diz respeito a intimação do Dr. Waldemar Monastier, o pior. Srs. Deputados, é que esse débito não existia. O referido cidadão está quites com a SANEPAR, está com os talões do trimestre reclamado. Vejam a desordem que reina naquele Departamento, e ainda tem o atrevimento de vir a imprensa da Capital, com palavras pejorativas contra um Deputado que nada mais fez do que cumprir seu dever, defender o povo, pois recebemos aqui para isso.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. acaba de mencionar...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece ao nobre Deputado que no Pequeno Expediente não são permitidos apartes. E também avisa ao nobre Deputado Erondy Silvério, que está findo o tempo que tinha para usar da Tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado, Sr. Presidente. Lamento que o Deputado Emílio Carazzai não pudesse me apartear, porque tenho certeza que S. Exa., que é um Deputado que tem por longo período nesta Casa defendido os interesses públicos, viria em nosso apoio, mesmo porque conhece, é seu colega de profissão o Dr. Waldemar Monastier, que nunca iria, com a responsabilidade que tem na vida comunitária do Paraná, enganar a um representante do povo. Está aqui a fotocópia e ele já tinha pago, quando recebeu a intimação, sob pena de sequestro. Por causa de 39 cruzeiros, vão sequestrar os bens de uma pessoa e já elevam a conta para 100 cruzeiros. Parece até que estão loucos, não sabem mais o que fazer.

Voltarei no mês de março para debater, linha por linha da nota que a SANEPAR pagou, com o dinheiro suado, arrancado dos usuários da Água e Esgotos da Capital. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Lopes Junior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o ilustre Deputado Erondy Silvério falava no Pequeno Expediente, e regimentalmente não são permitidos apartes, venho usar do recurso da Tribuna, para expender minha opinião a respeito do que acaba de denunciar aqui o Deputado Erondy Silvério. Não tenho conhecimento do que realmente ocorre. Mas, confio plenamente na palavra de um ilustre colega.

Assim como o Deputado Erondy Silvério afirmou que vai aproveitar os dias de recesso para estudar o caso, compilar dados, e trazer documentos na volta do período normal para uma ofensiva geral a respeito desse problema, quero afirmar também que dou inteira solidariedade ao Deputado Erondy Silvério e também vou procurar colher dados, vou me certificar da verdade e se tudo isso for concreto e real, aqui estarei, no início dos trabalhos ao lado do deputado Erondy Silvério, para esclarecer a verdade para trazer a público a verdade e levar ao conhecimento da Ordem dos Advogados e de todos os órgãos que forem necessários, para que se ponha um parafuso a tamanho absurdo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Uso a Tribuna apenas para um esclarecimento aos Srs. Deputados membros das Comissões Técnicas da Casa: a Assembleia Legislativa foi convocada para funcionar no período extraordinário que vai de 27 do corrente ao dia 10 do próximo mês. No requerimento de convocação, o Sr. Governador do Estado solicita audiência desta Casa, para as diversas Mensagens Governamentais em tramitação nesta augusta Casa de Leis.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que da extensa relação das Mensagens governamentais em tramitação nesta Casa, três somente estão em condições de serem apreciadas pelo Plenário. Trata-se das Mensagens 17-72, que deu consequência ao Projeto de Lei n.º 62-72; Mensagem 52-72, que deu consequência ao Projeto de Lei n.º 195-72; e a Mensagem 53-72 convertida em Projeto de Resolução 38-72. As demais Mensagens, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão todas elas dependendo ainda de parecer das Comissões Técnicas e a maioria delas não poderá ser votada sem o competente parecer das Comissões por tratar-se de Convenios celebrados pelo Estado do Paraná com o Governo da República e com os Municípios e que terá que ser convertida em Projeto de Resolução.

Dai o apelo que ofereço aos Srs. Membros das Comissões Técnicas da Casa em especial aos Srs. Deputados membros da Comissão da Constituição e Justiça no sentido de que se realize uma reunião extraordinária dessa Comissão para a transformação dessas mensagens em Projeto de Resolução para que a Mesa tenha condições de anunciá-las na Ordem do Dia para as próximas sessões legislativas que se realizarão até o dia 10 de janeiro de 73.

Fago o apelo da Tribuna e espero, apesar de não se encontrar no Plenário o Presidente da Comissão, Deputado Armando Queiroz, que o Vice-Presidente, Deputado Maurício diligenciará neste sentido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como no Pequeno Expediente não era possível solicitar um aparte ao incito 1.º Secretário, Deputado Ivo Tomazoni, neste instante, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, tenho a honra de convocar seus ilustres membros para uma reunião extraordinária que deverá realizar-se hoje às 14 horas e quinze minutos na Sala das Comissões quando, então, relevantes assuntos e problemas serão analisados pela Comissão.

Era só, muito obrigado! — (Sem revisão do Orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, na qualidade de membro da Comissão de Constituição e Justiça, requeiro que sejam fornecidas fotocópias do Edital de Convocação Extraordinária a cada um dos membros dessa Comissão para que possam se inteirar dos projetos que são objetos da Convocação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência irá determinar à 1.a Secretaria que providencie.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem)

Sr. Presidente, tendo em vista ponderações justíssimas dos ilustres componentes da Comissão de Constituição e Justiça, houve por bem esta Presidência, transferir a reunião marcada para hoje às 14 15 horas, para amanhã, às 9,10 horas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 52/72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — COM EMENDAS DE PLENÁRIO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Sobre o referido Projeto foi apresentado Requerimento, assinado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho e demais Deputados. Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os objetivos do referido parecer dispensa qualquer discussão, e não fosse a necessidade de um aditivo ao Requerimento feito, nós não viríamos à Tribuna neste momento.

Conforme dispõe o Regimento Interno no seu artigo n.º 134, parágrafo 2.º inciso 5.º...

O SR. PRESIDENTE — Votaram 46 Srs. Deputados.

A Presidência comunica a aprovação, por unanimidade, do Projeto de Lei n.º 195/72.

O SR. MUGGIATI FILHO — As emendas ou partes de proposição podem constituir um projeto em separado. No requerimento, fizemos uma referência a de que as emendas poderiam constituir, de futuro, um Anteprojeto de Lei, atendendo a melhores correlações, inclusive de colegas interessados na matéria e daqueles que acompanham a sua tramitação com real interesse, requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, que seja incluído no requerimento o seguinte aditivo, para que também seja discutido e votado pela Casa, juntamente com os demais requeridos, e de que sejam destacadas as emendas oferecidas para se constituírem, desde logo, em projeto de lei, na forma do Regimento, Artigo 134, Parágrafo 2.º, inciso 5.º.

Era só, Sr. Presidente. Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Passamos à votação do requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho que pede destaque das emendas. **Aprovado.** Em votação segundo requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho. (Lê):

" R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

1. Tramita, por esta Casa, já em terceira discussão, a Mensagem Governamental n.º 52/72, transformada no Projeto de Lei n.º 195/72, de Lei Orgânica do I.C.M.

Na última sessão do ano legislativo que se findou a 5 de dezembro último, após alongadas discussões, iniciadas já na segunda votação da matéria, conforme registram os Anais desta Augustal Assembléia, foi aprovado requerimento de autoria do Deputado subscritor da presente, no qual se pediu a retirada da matéria da Ordem do Dia e o seu retorno à Comissão de Constituição e Justiça, para proferir parecer sobre os problemas apontados. Tais problemas se resumem em que o Projeto estaria sujeito ao voto da maioria absoluta para sua aprovação, na forma do art. 26 da Constituição Estadual, visto se tratar de lei orgânica, ou, ainda processamento, se observado outro rito distinto do aplicado em seu processamento, se se tratasse de codificação ou consolidação, como determina o Regimento Interno, art. 189 e parágrafos.

2. Já se encontrava nesta Casa o Ofício do Senhor Governador do Estado, Prof. Parigot de Souza, convocando a Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário, para apreciação da matéria, quando, em reunião preliminar e após em reunião conjunta com as duas Bancadas que compõem este Plenário, seus líderes e a Mesa, com as presenças do Dr. Luiz Fernando Van der Broocke, como representante da Secretaria da Fazenda, do Dr. Mário Faraco, Secretário do Interior e Justiça e do Senador da República Acioly Filho, foi colocada em relêvo a máxima urgência de dotar o Estado de tal diploma de leis, ainda este ano, face a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, referida pelo Dr. Van der Broocke.

Pedi o Governo do Estado, em nome dos mais altos interesses do Paraná, a retirada das emendas oferecidas ao Projeto enfocado, em o que, face aos prazos necessários para sua tramitação, seria impossível uma solução de urgência. Ficou, entretanto, ajustado entre os presentes, como condição essencial ao atendimento desse pedido, que as referidas emendas serão reexaminadas pelos interessados, já ao início da próxima sessão legislativa, em março de 1.973, como prováveis Anteprojetos de leis, com plena isenção e com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o Projeto em estudo.

3. Quanto ao problema exclusivamente legislativo, concordou o ilustre Líder do Governo e da Arena, Deputado João Mansur, com a que a votação em 3.a discussão seja procedida por votação nominal, somente sendo considerado aprovado o Projeto pelo voto da maioria absoluta, que assim retificaria as votações anteriores.

4. Na realidade, assiste inteira razão do Governo do Estado ao invocar a necessidade urgentíssima de deliberação sobre essa matéria.

Sabe-se que o Estado fixou as alíquotas do I.C.M. através do Decreto 21.994, de 23.12.70, o Código Tributário Nacional, entretanto, é peremptório ao "estabelecer que — "Somente a Lei pode estabelecer: I — a instituição de tributos, ou a sua extinção; II — "a majoração de tributos ou sua redução", conforme dispõe em seu artigo 97, a competência legislativa emanada da Constituição Federal que atribui ao Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República, a elaboração de Leis tributárias (art. 43).

O Estado deve cumprir, pois, aos mandamentos da lei federal e estabelecer em lei as alíquotas do ICM para 1973 e 1974 conforme estatui o Projeto de Lei n.º 195/72 em seu artigo 8.º, sob pena de ficar sujeitos as mais sérias implicações administrativas, com graves problemas jurídicos para o Paraná.

Em razão do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado, pede que, ouvida a Casa, seja tomado o pronunciamento da CCJ em Plenário e concedida a retirada de suas emendas, não só as que subscreveu pessoalmente, mas, também, as que foram subscritas pelos Deputados Erondy Silvério, Domicio Scaramella e Nivaldo Krüger, que também assinam o presente.

Pede, finalmente, que o presente requerimento seja apensado ou junto ao processo legislativo em foco.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1972.

(aa) — Muggiati Filho, Domicio Scaramella e Erondy Silvério

Em votação o Projeto pela chamada nominal. — (É feito a chamada).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, na qualidade de membro da CCJ estudei com maior interesse a matéria, mesmo porque havíamos recebido uma solicitação do Líder do Governo nesta Casa, Deputado João Mansur, para que procedesse um estudo além daquele feito na CCJ, se faça um estudo à parte, e desse estudo oferecemos algumas emendas que, a nosso ver, viria sanar algumas falhas contidas na matéria. Como o Sr. Secretário do Interior e Justiça, homem que muito prezamos e consideramos um dos grandes baluartes do atual Governo, assumiu o compromisso nesta Casa de que a matéria objeto da emenda por mim subscrita e pelo Deputado Muggiati Filho bem como pelo Deputado Nivaldo Krüger, seria objeto de um projeto à parte. Estamos perfeitamente de acordo nós como membros da CCJ, de que as emendas sejam apreciadas como um Projeto à parte, quando a Assembléia iniciar o seu período ordinário no próximo mês de março. Era a questão de ordem que eu desejava oferecer à Casa. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, em contato em Plenário com os integrantes da CCJ e na qualidade de Vice Presidente em exercício da Presidência, informo aos nobres companheiros que a Comissão, a referida Comissão não se opõe à tramitação hoje, do Projeto em discussão. — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso e regozijo pela recondução do eminente Magistrado Alceste Ribas de Macedo à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Iran Rolim Lamas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gentil José Soares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 62/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, hoje, do 5.º aniversário de função da TV Iguazu, Canal 4. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, o Anteprojeto anexo, sobre a iluminação da área do Centro Cívico denominada Governador Bento Munhoz da Rocha. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, sexta-feira, às 10,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 195/72;

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/72;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 318/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.672, de 04 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Emerentino da Cruz Pacca, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Emilio Humberto Carrazzi.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de dezembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 319/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7880 de 09 de outubro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

Lotar, Alirio Ximenes, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da Liderança da "ARENA", ficando designado para prestar serviços no Gabinete do Deputado Arizone Araujo

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de dezembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 320/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.030, de 11 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Inez Litza Leniowski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 02 de janeiro de 1.973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de dezembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 321/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.184, de 18 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Luiz Fernando Malheiros Carneiro, funcionário do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 02 de janeiro de 1.973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 322/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.070, de 12 de dezembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Revogar a Portaria n.º 432/69, de 29 de setembro de 1.969;

II — Designar o funcionário Luiz Lima, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado Marciano Baraniuk.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de dezembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral